



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

AFRICANIDADES MUSEALIZADAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA

Cícero Joaquim dos Santos*

1

Ao assentar a lupa sobre o tecido resultante da costura entre memória e poder, o pesquisador coloca-se em condições de compreender a teia de forças que lhe confere sentido. Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento.¹

A epígrafe é bastante elucidativa da crítica que hoje fazemos sobre o velho discurso, que ainda perdura entre as conversas desavisadas, de que o “Brasil é um país sem memória”. O sentido conservador que emana desta expressão leva-nos a pensar na construção das múltiplas memórias dos diferentes povos formadores da sociedade brasileira e, desse modo, nos silêncios também processados, além das tentativas de esquecimentos. Portanto, lançamo-nos na teia que entrelaça a memória e o poder.

Logo, refletir sobre a construção do discurso do “país sem memória” não nos leva a questionar sobre a capacidade que a sociedade possui de rememoração. Diferente

* Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: cjoaquims@yahoo.com.br.

¹ CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.136.

disso, o direcionamento da análise deve recair sobre sua dimensão política, em especial no que concerne à construção da memória oficial do país.

Nessa trilha discursiva, Nadai aponta que historicamente foi construído, no campo do ensino de história no Brasil, um processo de identificação do seu passado com as raízes europeias.² Desse modo, a tessitura de composição da nacionalidade brasileira tomou como referência os valores e padrões de comportamento da Europa ocidental, o que colocou em descrédito as referências socioculturais dos demais povos que formaram a sociedade brasileira, como é o caso dos negros e índios. Essa conjuntura delineou a construção de uma identidade nacional excludente e eurocêntrica.

Todavia, como afirma Oriá Fernandes, “Apesar da influência marcante da cultura de matriz europeia por força de sua colonização ibérica em nosso país, a cultura tida como dominante não conseguiu, de todo, apagar as culturas indígena e africana.”³ Desse modo, deparamo-nos com uma complexa problemática: a identidade.

Para Ulpiano T. Bezerra de Meneses, a identidade é resultante de um incessante processo de construção e (re)construção, a partir da interação entre diferentes sujeitos e/ou sociedades. Ela ganha expressividade nas circunstâncias tensas e nos momentos de ruptura, em especial quando a percepção da diferença é provocada. Dessa forma, não podemos resgatá-la ou perdê-la, visto que esta não se trata de um bem imóvel e inflexível. O certo é pensarmos nos seus processos de constituição e como, em cada momento histórico, os sujeitos reconstroem suas identidades culturais. Para isso, é importante estarmos atentos às pressões e demandas do contemporâneo, visto que “A identidade se fundamenta no presente, nas necessidades presentes, ainda que faça apelo ao passado – mas é um passado também ele construído e reconstruído no presente, para atender aos reclamos do presente”.⁴

² NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago.1993.

³ FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, 2005, p.379.

⁴ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T,. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.1,1993, p. 210.

Nessa linha de raciocínio, no ano 2003, a promulgação da Lei 10.639 colocou em evidência a reivindicação dos direitos dos povos negros no Brasil. Naquele momento, o Estado Brasileiro tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do país. A Lei também reconhece a data 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares, notadamente reconhecido como um símbolo da luta dos negros no Brasil.⁵

No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as “Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, homologado pelo Ministério da Educação no mesmo ano. Tal documento, que hoje tem força de Lei, somou-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, oficializados pelo MEC em 1996, elucidou a necessidade dos estudos dos temas transversais, dentre eles a pluralidade cultural, que abriu possibilidades para as leituras da cultura em seu sentido amplo.⁶ “De acordo com os PCNs, a pluralidade cultural – sinônimo de diversidade – corresponde às características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional”.⁷ Portanto, tal documento lançou perspectivas para o debate sobre cultura e etnicidade.

É importante mencionar que, na Constituição Brasileira de 1988, em vigor, há o reconhecimento oficial da participação dos povos negros e indígenas na composição da sociedade brasileira. No entanto, embora esse documento garanta a igualdade de direitos e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país, os povos negros e indígenas, entre outros, permaneceram à margem da sociedade, ocupando espaços desprivilegiados e pouco valorizados.

⁵ Cf Lei nº 10.639, de 9 de jan. de 2003. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br>. Acesso em: 03 de fev. de 2012.

⁶ Cf ABREU, Matha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”: Uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n.41, 2008.

⁷ CONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 63.

Assim, a promulgação da Lei 10.639/03 representa uma ação de reparação do Estado brasileiro perante a negação da participação política e, conseqüentemente, da exclusão social dos povos negros no Brasil, bem como do silenciamento de suas trajetórias e culturas.⁸ Essa lei é um dos elementos que demonstram o alcance das conquistas dos movimentos sociais, no campo da educação. Tal emergência étnica fez-se presente em outros âmbitos da política nacional, a exemplo da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SPPIR), no ano 2003, e do reconhecimento de novos quilombos.⁹

Esse cenário, marcado pelo debate político entre diferentes sujeitos, ações de autoafirmação dos negros(as) e parâmetros normativos de reparação promulgados pelo Estado, no combate ao racismo e à exclusão social, evidencia a redefinição da chamada identidade nacional, que transcende de uma para múltiplas identidades e, também, elucida a tomada de consciência de grande parte da população no autorreconhecimento e na participação política. Afinal, “ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política”.¹⁰

No ano 2005, a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura responsável pelo reconhecimento dos quilombos, reconheceu a primeira comunidade de remanescentes quilombolas da Região do Cariri cearense, os Souza, residentes no Sítio Vassourinha, no alto da Chapada do Araripe, município de Porteiras.¹¹

⁸ Cf FERNANDES, 2005. Tal medida de reparação também foi tomada para com os povos indígenas. Em março de 2008, a Lei nº. 11.645 alterou a Lei nº. 10.639/03, definindo, no Art. 26-A, que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br>. Acesso em 03 de fev. de 2012.

⁹ Cf Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br>. Acesso em: 03 de fev. de 2012.

¹⁰ Cf ABREU, MATTOS, 2008, p.41.

¹¹ SANTOS, Cícero Joaquim dos. *Passado alumiado*: representações históricas de Porteiras. Fortaleza: IMOPEC, 2011, p.85. É importante salientar que, antes dos Souza, outras comunidades foram reconhecidas como quilombolas no Ceará, a exemplo de Conceição dos Caetanos, no município de Tururu, e Bastiões, em Iracema. Cf. INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE, 1998. A criação do distrito de Porteiras data de 9 de agosto de 1858, no termo da vila de Jardim. Sua emancipação política ocorreu em 17 de agosto de 1889, desmembrada do município de Santo Antônio do Jardim. Porteiras fica localizada acerca de 425 km de Fortaleza (em linha reta) e possui 14.866 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Censo 2010). Estabelece fronteiras com os municípios de Jardim, Missão Velha, Brejo Santo e Jati.

Nessa contextura, percebemos que, mesmo silenciados na historiografia tradicional do Ceará e, historicamente, tendo suas referências culturais negadas ou atribuídas às “coisas do mal”, muitos dos(as) negros(as) preservaram suas raízes étnicas e ancestrais e fizeram do chão do Cariri um pedacinho da África no Brasil.¹²

Tudo isso nos leva a ponderar: como reconstruir a identidade cultural do Cariri, a partir da valorização da afrodescendência, não a colocando no extremo da sacralização da memória, reconduzindo-a simplesmente à lembrança dos injustiçados? E ainda, de que forma o ensino de história nos espaços não escolares pode colaborar para o debate sobre história e cultura afro-brasileira e africana no Cariri?

No recorte desta apresentação, daremos ênfase ao relato de uma experiência que evidenciou as contribuições dos povos negros na construção das identidades afro-brasileiras, no Sul do Ceará. A experiência a ser relatada ocorreu nos dias 20 e 21 de maio de 2011, no Museu Casa da Memória de Porteiras (CMEP).

MEMÓRIA E AFRODESCENDÊNCIA

Durante as comemorações da 9ª Semana Nacional de Museus, que aprofundou o tema Museu e Memória, o núcleo educativo da Casa da Memória de Porteiras promoveu o IV Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura – ESPACULT.¹³

A Casa da Memória de Porteiras (CMEP) é um museu comunitário, que foi fundado aos 21 de setembro de 2007 e que é gerenciado pela Associação Retratores da Memória de Porteiras (REMOP). Tal entidade resultou da atuação dos jovens que

¹² Cf RIBARD, Franck. O ensino afro-brasileiro e a busca de um futuro para a sociedade. *Documentos*, Fortaleza, v.7, p. 9-12, 2009. Recentemente, a renovação do conhecimento histórico vem descortinando as experiências sociais dos povos africanos e afrodescendentes, no Sul do Ceará, ver ALVES, Maria Daniele. *Desejos de civilização: representações liberais no Jornal O Araripe* (1855-1864). Fortaleza: UECE, 2010. E CORTEZ, Ana Sara R. P., *Cabras, caboclos, negros e mulatos: A família escrava no Cariri cearense* (1850-1884). Fortaleza: UFC, 2008. No senso comum do Cariri, é corriqueira a ideia de que as práticas religiosas da Umbanda e do Candomblé são construções do “mal”, reminiscências do antigo discurso que foi construído na América Colonial Portuguesa para negar as religiões de matrizes africanas. Sobre essa construção no Ceará, ver PORDEUS JR, 2011.

¹³ O I ESPACULT ocorreu na noite do dia 26 de novembro de 2004 e discutiu o tema “Porteiras: Arte e Memória”. O evento constou de uma exposição cultural com fotografias dos lugares de memória e objetos do cotidiano; apresentações de danças; teatro e um concurso de redação e poesia com crianças e adolescentes. Outros 2 (dois) ESPACULT ocorreram, nos anos 2006 e 2007, respectivamente, e abordaram os temas “Memória e Patrimônio Imaterial” e “Memória Social e Patrimônio Material”. Cf SANTOS, 2011, p. 102-103.

integravam o Grupo REMOP. Criado em 2004, através do contato dos seus membros com o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), que passou a capacitá-los por meio do Curso de Formação a Distância sobre Memória e Patrimônio Cultural do Ceará, e composto por cerca de 15 jovens, entre 15 e 29 anos, o grupo passou a promover pesquisas e eventos culturais, a fim de sensibilizar os porteirenses da necessidade de registrar e valorizar a memória e os bens culturais de Porteiras e, por extensão, do Cariri. Como resultado desse processo de formação e mobilização, o REMOP resolveu concretizar, em Porteiras, um dos programas de atuação do IMOPEC: a criação da Casa da Memória.

Único museu de Porteiras, a Casa da Memória possui um acervo museológico, utilizado no ensino de história e da educação patrimonial, e vem promovendo palestras, oficinas e seminários para os diferentes segmentos sociais do município, bem como visitas monitoradas para os estudantes e demais visitantes, visto que

Fazer relações entre museu e educação, especialmente o ensino de história, implica reconhecer que, na sua própria definição, o museu sempre teve um caráter pedagógico (...). Qualquer museu é o lugar onde se expõem objetos, e isso compõe processos comunicativos que necessariamente se constituem nas peças que devem ir para o acervo e no modo de ordenar as exposições.¹⁴

6

Levando em consideração o “processo comunicativo” a ser provocado na visita ao museu e “o modo de organizar as exposições”, o núcleo educativo da Casa da Memória de Porteiras montou a exposição *Memórias da Afrodescendência*. Nesta, as comunidades negras rurais e quilombolas do Cariri foram representadas, através das imagens iconográficas, uma vez que “Fotografias ou quadros registram as pessoas, seus rostos e vestuários e são marcas de uma história”.¹⁵

Ao adentrar a sala de exposição temporária, o visitante deparava-se com um mural intitulado *Olhando para o nosso lugar: A comunidade quilombola dos Souza*. Neste, variadas fotografias do dia-a-dia dos Souza foram apresentadas. Elas

¹⁴ RAMOS, Francisco Regis Lopes. *A danação do objeto: O museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004, p. 14.

¹⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: Fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.353. As fotografias que foram expostas das comunidades negras e quilombolas do Cariri pertencem ao acervo de imagens do GRUNEC, com exceção das imagens da comunidade dos Souza, produzidas pelo REMOP.

evidenciavam suas tradições e os momentos vividos no cotidiano, lançando luz para os saberes e modos de fazer, como é o caso dos rezadores; das celebrações, como as manifestações religiosas da Umbanda; e das formas de expressão, a exemplo da dança do coco e da banda cabaçal. Da mesma forma, o mural demonstrava algumas das ações da comunidade, na reivindicação da valorização do lugar e da necessidade de melhorias de vida, como foi o caso da I Caminhada Pela Valorização Negra, ocorrida em 21 de novembro de 2010, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra (Dia 20/11), e das reuniões dos moradores, nos debates sobre políticas públicas e afrodescendência.

O elo entre o painel das imagens do quilombo dos Souza com as demais comunidades negras do Cariri foi estabelecido, a partir das imagens retratadas nas duas outras paredes (verticais) da sala de exposição temporária. Nestas, foram expostas fotografias das comunidades, tendo sido identificados os seus respectivos municípios. Foram elas: Tipi, no município de Aurora; Catingueira, Angicos, Chico Gomes, Currais, Luanda e Serrinha, em Crato; Jamararu e Pau D'arco, em Missão Velha; Mulatos, em Jardim; Alto dos Madalenas, em Jati; Souza, em Porteiras; Vila das Ritas e Extrema, em Mauriti; Valdivino, em Milagres; Arruda e Cachoeirinha, em Araripe; Pannels, em Várzea Alegre; Catolé e Caracará, em Potengi; Infincado, em Assaré; Serra das Chagas, Arapuça, Cacetes, Quincas, Lagoa dos Crioulos, Serras dos Nogueiras, Baixio dos Mocos, Facões, Lagoa dos Paulinos e Serrinha, em Salitre.¹⁶

No cenário museográfico, bem como no ensino e nas pesquisas históricas que tomam as imagens como objeto de estudo, é importante estarmos atentos à compreensão da fotografia como uma representação do real. Ou seja, elas são construções culturais. Portanto, é necessário problematizá-las e, assim, desconstruir a imagem de verdade transmitida. Dessa forma, elas são tomadas como documentos históricos.¹⁷

Para Bezerra de Meneses, os historiadores devem deslocar seus horizontes, referentes aos usos das fontes visuais, para o entendimento (e o uso) da amplitude da visualidade como objeto de historicidade. Ou seja, ele chama a atenção para

¹⁶ Para maiores informações sobre as comunidades ver GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI (GRUNEC); CÁRITAS DIOCESANA DO CRATO. *Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense*. Crato: GRUNEC; Cáritas Diocesana de Crato, 2011.

¹⁷ Cf BITTENCOURT, 2011.

compreendermos a dimensão visual da sociedade. Nesse caso, o visual refere-se à sociedade e não às fontes. Portanto, a partir destas devemos construir problemáticas para compreender os regimes de historicidade.¹⁸

Seguindo esse raciocínio, e ancorados na pedagogia do objeto gerador, os mediadores da Casa da Memória lançavam perguntas aos visitantes, como por exemplo: “o que foi fotografado nas comunidades?”, E “qual a intencionalidade em registrar ou produzir essas imagens?” O debate provocado, a partir da exposição, demonstrou os usos das imagens e sua dimensão política em um museu comunitário.

No outro lado da sala, no centro do espaço, foi colocado um mapa intitulado *Nordeste: Quilombolas da região semi-árida*, que pontuava as comunidades quilombolas do Nordeste, dando ênfase às suas referências culturais, às lutas políticas e aos aspectos do meio natural.¹⁹ Do seu lado esquerdo, foi posto um pilão, instrumento de madeira utilizado na preparação de alimentos das comunidades rurais. Do outro, foram postas as imagens de Nossa Senhora da Conceição, Santa do Catolicismo oficial e padroeira de Porteiras, e Mãe Tutu, entidade da linha dos pretos velhos da Umbanda.²⁰ E, entre elas, um candeeiro.

Nesse cenário, os jovens mediadores inquietavam os visitantes e indagavam: “Por que será que, nessa exposição, foram colocados um pilão e imagens sagradas?” “Qual a relação estabelecida entre esses objetos?”.

As pessoas logo identificavam o elo entre o trabalho e as religiosidades. Logo, tais objetos evidenciaram as comunidades negras rurais, através das práticas cotidianas de trabalho, representadas pelo pilão, que evidenciava, inclusive, a manutenção de algumas das tradições das comunidades, e das expressões religiosas, elucidadas pelas estátuas sacras do Catolicismo e da Umbanda.

¹⁸ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T., Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23 n. 45, p.11-36, 2003.

¹⁹ A autoria do mapa é do geógrafo Raimundo Eliete Cavalcante. Poço Redondo/SE. Acervo da CMEP.

²⁰ Na Umbanda, os Pretos Velhos são espíritos evoluídos dos antigos negros que foram escravizados no Brasil. Eles(as) representam a humildade, a simplicidade, a sabedoria e indulgência da velhice (Cf PORDEUS, 2011). No entanto, segundo a médium Débora Caparica “não se pode dizer que em sua totalidade esses espíritos são diretamente os mesmos Pretos-Velhos da escravidão, pois, no processo cíclico da reencarnação, passaram por muitas vidas anteriores. Ver em: www.espiritualidades.wordpress.com. Acesso em: 15 de fev. de 2012.

É importante mencionar que, como destaca Ramos, quando um objeto é inserido no espaço museal, ele é (re)significado. Em outras palavras, sobre ele foi agregado outro valor diferente daquele que lhe foi atribuído na sua construção. Assim, passa a representar um instrumento educativo, usado nas problematizações históricas.²¹

Desse modo, direcionando o olhar dos visitantes às imagens sagradas, os mediadores ponderavam sobre a proximidade entre as divindades do Catolicismo e da Umbanda e provocavam a perceberem de que, embora representassem entidades distintas, ambas eram representadas, no convívio das comunidades, como pontos de amparo e oração, no alívio dos dilemas cotidianos. Tanto Nossa Senhora da Conceição, considerada pelos católicos a Mãe de Deus (Jesus), como Mãe Tutu, entendida pelos umbandistas como possuidora de saberes dos ancestrais sobre ervas e práticas de cura, firmaram-se na memória social do Cariri.²² Todavia, a questão central recaía sobre o preconceito sofrido pelos umbandistas e o silenciamento (oficial) de suas presenças na região.

Logo, as imagens sacras da exposição provocavam a reflexão e o entendimento sobre o sincretismo religioso do Cariri, suas construções e as tensões que recobrem as vivências religiosas na região.

Tudo isso nos leva a pensar em uma questão fundamental posta em evidência. Referimo-nos à relação entre museu e identidade cultural. Conforme Bezerra de Meneses, os museus devem assumir uma postura crítica, frente à problemática da identidade. Para isso, é necessário romper com práticas cristalizadas nos espaços museais, quando o conhecimento acadêmico (tido como verdadeiro e inflexível) ou quando práticas de militância (que direcionam para a construção de memórias dos “excluídos” e/ou “silenciados” de forma rígida) constroem discursos que privilegiam ou almejam a cristalização do representado e a aceitação social dos valores apresentados sem questioná-los. Para Bezerra de Meneses, cabe aos museus:

(...) criar condições para conhecimento e entendimento do que seja identidade, de como, por que e para que ela se compartimenta e suas

²¹ Cf RAMOS, 2004.

²² É importante entender o sincretismo religioso como um processo histórico de resistência, autoafirmação e (re)significação simbólicas das religiosidades africanas e indígenas no Brasil, frente à imposição (social e ideológica) dos colonizadores europeus. Cf PORDEUS JR, 2011.

compartimentações se articulam e confrontam, quais os mecanismos e direções das mudanças e de que maneira todos esses fenômenos se expressam por intermédio das coisas materiais.²³

Assim sendo, criar condições para o entendimento da construção da identidade, e de seus processos de reinvenções, entre manipulações e resistências, em cenários e espaços de disputas pelas memórias, coloca-nos perante uma tessitura de possibilidades (de ações educativas e de práticas museológicas) capazes de provocar o autoreconhecimento dos visitantes, enquanto sujeitos históricos, cientes do seu tempo e da capacidade de tomar iniciativas, a fim de mudar o mundo que os cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a experiência relatada elucidou que os museus comunitários são fundamentais para a construção da consciência crítica e histórica, na medida em que possibilitam a inclusão de sujeitos e experiências antes silenciados(as). De igual modo, elevam sua autoestima. Quando estes colaboram na montagem da exposição (ou doam os objetos para o acervo) tomam para si o poder da autoafirmação e estimulam a construção de outras memórias diferentes daquelas que foram oficializadas por outros. Todavia, é importante estar atento às múltiplas leituras dos objetos, para não cristalizar certas imagens e desconsiderar os conflitos.

A exposição *Memórias da Afrodescendência* mostrou, também, que o ensino de história fora dos espaços escolares, como no caso do museu comunitário, é de extrema importância para a incorporação da trajetória das comunidades na formação dos seus cidadãos que, cientes dos processos históricos dos seus lugares, podem reivindicar sua participação na construção da memória social e no despertar para as lutas políticas.

Por fim, a experiência reiterou que, para a implementação das Leis de nº 10.639/03 e 11.645/08 e a valorização da pluralidade cultural do Brasil, deve-se tomar por base - além dos programas de formação de professores; publicação de material didático; intercâmbios com países africanos; apoio às pesquisas científicas - as experiências comunitárias. Não basta tornar obrigatório o ensino de história afro-

²³ BEZERRA DE MENESES, 1993, p.214.

brasileira, africana e indígena. É necessário, portanto, incorporar a todos (negros, brancos, pardos, indígenas) nos debates que tocam à etnicidade e à identidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”: Uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n.41, p. 5-20, Jan./Jun. 2008.

ALVES, Maria Daniele. *Desejos de civilização: representações liberais no Jornal O Araripe (1855-1864)*. 2010. Dissertação. (Mestrado em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, 2010.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T.,. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23 n. 45, p.11-36, 2003.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.1, p. 207-309, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: Fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136-167.

CONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 55-79.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, caboclos, negros e mulatos: A família escrava no Cariri cearense (1850-1884)*. 2008. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2008.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI (GRUNEC); CÁRITAS DIOCESANA DO CRATO. *Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense*. Crato: GRUNEC; Cáritas Diocesana de Crato, 2011.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). *Comunidades negras no Ceará*. Fortaleza: IMOPEC, 1998.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago.1993.

PORDEUS JR, Ismael. *Umbanda: Ceará em transe*. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. *A danação do objeto: O museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

RIBARD, Franck. O ensino afro-brasileiro e a busca de um futuro para a sociedade. *Documentos*, Fortaleza, v.7, p. 9-12, 2009.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. *Passado alumiado: representações históricas de Porteiras*. Fortaleza: IMOPEC, 2011.